

Art. 1º - DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

I - Devem ser instituídas, em todos os Estados, Agências Reguladoras independentes que fiscalizem as concessionárias de distribuição de gás natural canalizado. Estas Agências Reguladoras devem ser constituídas nos moldes das agências reguladoras federais, com independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira;

II - A governança das agências reguladoras estaduais e o seu financiamento devem ser definidos por lei, garantindo a sua independência e o seu poder sancionatório;

III - Os dirigentes das agências reguladoras estaduais devem ser nomeados através de procedimentos transparentes e que possuam notável capacidade técnica. Os dirigentes devem ter mandato fixo e estabilidade na função, somente podendo ser destituídos por justa causa, mediante o devido processo legal.

IV - A regulação deve permitir e estimular a solução extrajudicial de conflitos e controvérsias entre o Poder Concedente e as Concessionárias, bem como entre estas e os usuários finais, estabelecendo regras para a mediação, conciliação e arbitragem.

V – O Governo federal, por meio da ANP, deverá promover convênios com as agências de regulação estadual para atualizar, capacitar e treinar suas equipes sobre os objetivos centrais da regulação, fomentando as boas práticas regulatórias entre os estados.

Art. 2º DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

I - As concessionárias devem divulgar mensalmente, às agências reguladoras estaduais, todas as informações referentes à prestação dos serviços públicos de distribuição de gás natural canalizado, bem como a relação das prestadoras de serviços e fornecedores de materiais e os custos de operação, manutenção, investimentos, qualidade dos serviços prestados, critérios adotados para determinação das tarifas, e os custos de aquisição do gás natural.

II - Estas informações devem ser apresentadas às agências reguladoras de forma a permitir a verificação da eficiência da concessionária para cada período de revisão tarifária. A publicidade das informações será de responsabilidade das agências reguladoras estaduais.

III – A não divulgação das informações por parte da concessionária incorrerá em penalidades definidas pelas agências reguladoras estaduais.

Art. 3º DA PARTICIPAÇÃO DOS AGENTES

I - A proposição de normas regulatórias e as revisões tarifárias devem ser objeto de audiências públicas e consultas prévias conduzidas pelas agências reguladoras estaduais, que assegurem a efetiva participação dos interessados.

II - As agências reguladoras estaduais devem divulgar as propostas de revisão tarifária apresentadas pelas concessionárias, bem como as minutas das normas que se pretende baixar, acompanhadas das respectivas notas técnicas e análises de impactos regulatórios, com informações suficientemente claras, de forma a permitir a reprodução e análises das bases de dados e memórias de cálculo.

III - As agências reguladoras devem justificar e dar publicidade às decisões por elas tomadas no âmbito das audiências ou consultas públicas.

Art. 4º DA DETERMINAÇÃO DAS TARIFAS

I - Os critérios para a determinação das tarifas dos diversos segmentos usuários devem ser objetivos e alinhados com as melhores práticas regulatórias nacionais e internacionais para a prestação de serviços públicos em regime de exclusividade, remunerando apenas o investimento prudente e eficiente realizado pelas concessionárias, baseado em levantamento de mercado.

II - Os critérios para a determinação das tarifas devem ser previsíveis para os usuários, além de objeto dos contratos de concessão, devendo ser fiscalizados pelas agências reguladoras estaduais e submetidos a consultas e audiências públicas.

Art. 5º DA REVISÃO TARIFÁRIA

I - Os reajustes e as revisões tarifárias devem ser previsíveis para os usuários, devendo as agências reguladoras estaduais promover a divulgação das informações pertinentes.

II - Os reajustes tarifários devem ocorrer em base trimestral e levar em conta a variação do preço do gás natural adquirido pela concessionária, quando da atualização do custo do gás natural. Para reajustes tarifários ocorridos devido à atualização da margem de distribuição, estes devem ocorrer em períodos anuais e considerar os índices de inflação ou outros dispositivos definidos em contrato de concessão.

III - As revisões tarifárias devem levar em conta a variação dos custos operacionais e investimentos das concessionárias, podendo ocorrer em períodos anuais ou quinquenais, conforme cada concessão.

IV – As revisões tarifárias deverão seguir calendário definido pelas agências reguladoras estaduais em conjunto com a ANP. O não cumprimento deste calendário poderá incorrer em penalidades à agência estadual.

Art. 6º DA GESTÃO DE CUSTOS

I - As agências reguladoras estaduais devem prever procedimentos e fiscalizar a aquisição de bens e serviços pelas concessionárias, promovendo a obtenção das melhores condições de mercado. Os custos desnecessários ou comprovadamente excessivos, bem como aqueles realizados em desconformidade com as normas aplicáveis, não devem ser considerados nas revisões tarifárias.

II - Além da pertinência dos custos considerados nas tarifas, a alocação das despesas das concessionárias deve ser realizada dentro de um critério que considere a modicidade tarifária e a universalização dos serviços. Também devem ser impedidas políticas de subsídios cruzados que onerem uma classe de usuários específica em detrimento de outra.

III – Deverão ser estabelecidas normas, critérios e procedimentos claros e transparentes para a contratação de serviços e de fornecedores pelas Concessionárias.

Art. 7º DO INCENTIVO À EFICIÊNCIA

I - Devem ser adotados mecanismos que mensurem a eficiência da concessionária, que incentivem ganhos de produtividade e que sejam repartidos entre a concessionária e os usuários. Nas revisões tarifárias, a concessionária deve ser bonificada em função dos ganhos de produtividade ou penalizada em função da perda de eficiência.

II – A ANP deve criar um banco de dados reunindo as informações de todas as distribuidoras divulgadas às agências reguladoras estaduais conforme o Art. 2º, inciso I, de modo a aferir o

ganho ou perda de eficiência das concessionárias, evitando estabelecer referências arbitrárias para a mensuração de produtividade.

Art. 8º - DO CONSUMIDOR LIVRE, AUTOPRODUTOR E AUTOIMPORTADOR

I - Os critérios para a qualificação de usuários como consumidores livres devem ser estabelecidos, pela ANP, com razoabilidade, de forma a permitir e não inibir a migração do maior número deles do mercado cativo para o mercado livre.

II – A regulamentação das agências reguladoras estaduais acerca das atividades de consumo livre, autoprodução e autoimportação limita-se aos critérios técnicos referentes à conexão às distribuidoras, quando aplicável.

III – Os desequilíbrios na rede (imbalances) ocasionados pelos consumidores livres e pela distribuidora serão tratados individualmente, por meio das nomeações, medições e liquidação das diferenças, evitando-se dúvidas acerca das responsabilidades.

IV – Não deverá ser exigido dos consumidores livres o registro de contratos de comercialização de gás natural junto às agências reguladoras estaduais e a contratação de comercializadores estaduais.

V - Os consumidores livres não necessitarão de autorização das agências reguladoras estaduais ou federal para comercializar gás livremente.

VI – Não deverá haver impedimento aos autoprodutores, autoimportadores e consumidores livres da venda de excedentes contratuais.

VII – Os autoprodutores, autoimportadores e consumidores livres conectados em rede de distribuição, desde que não seja em sistema isolado, deverão realizar contratos de uso do sistema e pagar a margem de distribuição.

VIII – Os autoprodutores, autoimportadores e consumidores livres poderão, ao seu critério, contratar a concessionária estadual de distribuição para prestar serviços de operação e manutenção de suas infraestruturas de movimentação de gás de uso exclusivo em redes específicas construídas pelos agentes, mediante remuneração pela prestação dos serviços. **Este inciso deverá ser avaliado pelos membros do subgrupo.**

Art. 9º DO SUPRIMENTO DE GÁS

ADESÃO DA ABIAPE, ABIQUIM, ABRACE, ABRACEEL, ANACE: I – De modo a incentivar a abertura do mercado, novos supridores, e o aumento da transparência para os consumidores, as agências reguladoras estaduais devem criar mecanismos competitivos de contratação de gás natural que sejam atrativos para as concessionárias, produtores, importadores e comercializadores, através de leilões de compra futura, nos moldes dos realizados no setor elétrico, sinalizando a expansão da oferta.

ADESÃO DO IBP e PETROBRAS: I – Sem prejuízo da possibilidade de as concessionárias celebrarem contratos bilaterais de suprimento de gás, no qual poderão diversificar seu portfólio de suprimento de gás, permitindo assim, manter a continuidade do serviço de distribuição. A diversificação deverá primar pela busca de uma melhor competitividade para seu mercado e consequentemente em um incentivo para obter ganhos de produtividade.

Art. 10º ABIQUIM enviará proposta para harmonização tributária nos Estados, para posterior avaliação dos membros do subgrupo.